

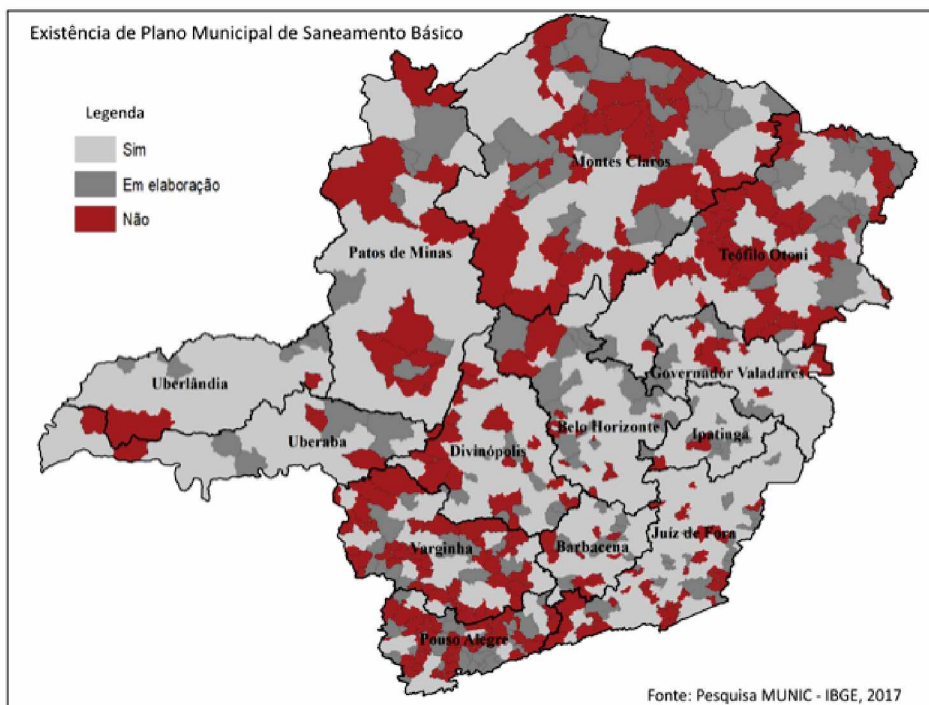
Informativo **FJP**

Estudos Populacionais

Gestão do Saneamento em MG

nº05/2019

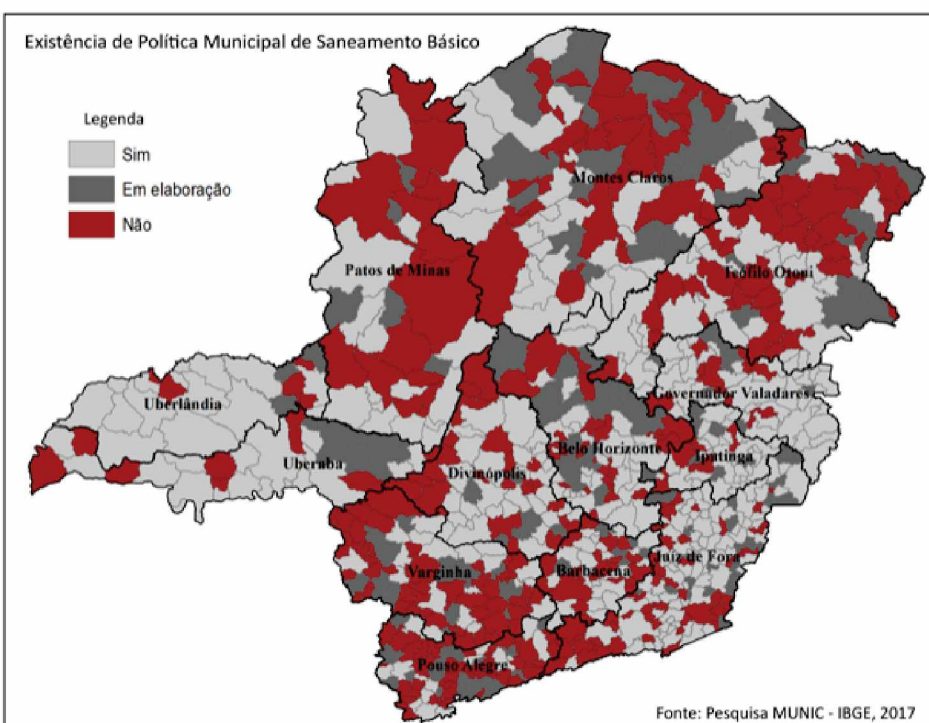
A ampliação da infraestrutura dos serviços de saneamento básico constitui-se grande desafio para o estado de Minas Gerais. A falta desses serviços compromete a qualidade de vida da população, agrava a degradação ambiental e torna-se ameaça para a saúde pública.



O planejamento do setor de saneamento básico a nível municipal é fundamental para a expansão da cobertura e qualidade dos serviços. A Lei do Saneamento (Lei Federal no 11.445/2007) previu dois instrumentos fundamentais de gestão a serem implementados pelos municípios brasileiros, a constar (i) a Política Municipal de Saneamento Básico (PSB) e, (ii) o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

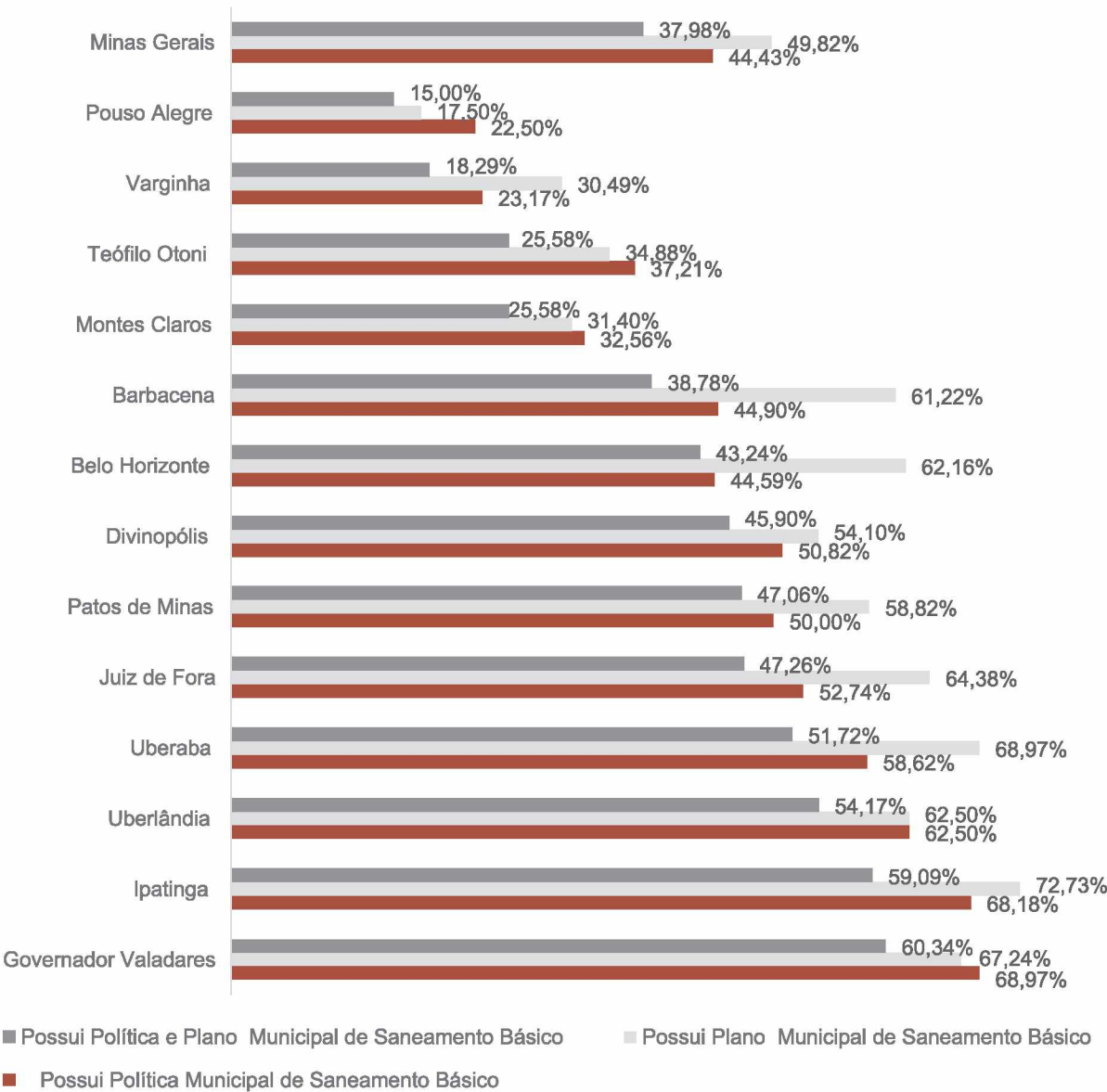
Dez anos após a promulgação da legislação federal do setor, apenas 44,4% (379) dos municípios de Minas Gerais contavam com a política municipal de saneamento básico, enquanto 49,8% (425) dos municípios declararam ter realizado elaboração do PMSB. Ademais, 37,7% e 29,6%, respectivamente, dos municípios não haviam iniciado a elaboração de suas políticas e planos municipais.

Desagregando-se o estado por municípios verifica-se a dispersão da existência/ausência dos instrumentos de planejamento em Minas Gerais. As Regiões Geográficas Intermediárias¹ (RGINT) com maior incidência de Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico eram Governador Valadares e Ipatinga; Uberaba e Uberlândia também se destacaram. Em contrapartida, as RGINT com os menores percentuais de existência de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico foram Pouso Alegre e Varginha.



¹ As Regiões Geográficas Intermediárias (RGINT) constituem-se na nova divisão territorial do estado de Minas Gerais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2017.

Gráfico 1. Minas Gerais: proporção de municípios com Política Municipal de Saneamento Básico, com Plano Municipal de Saneamento Básico e ambos instrumentos de gestão (%) – 2017

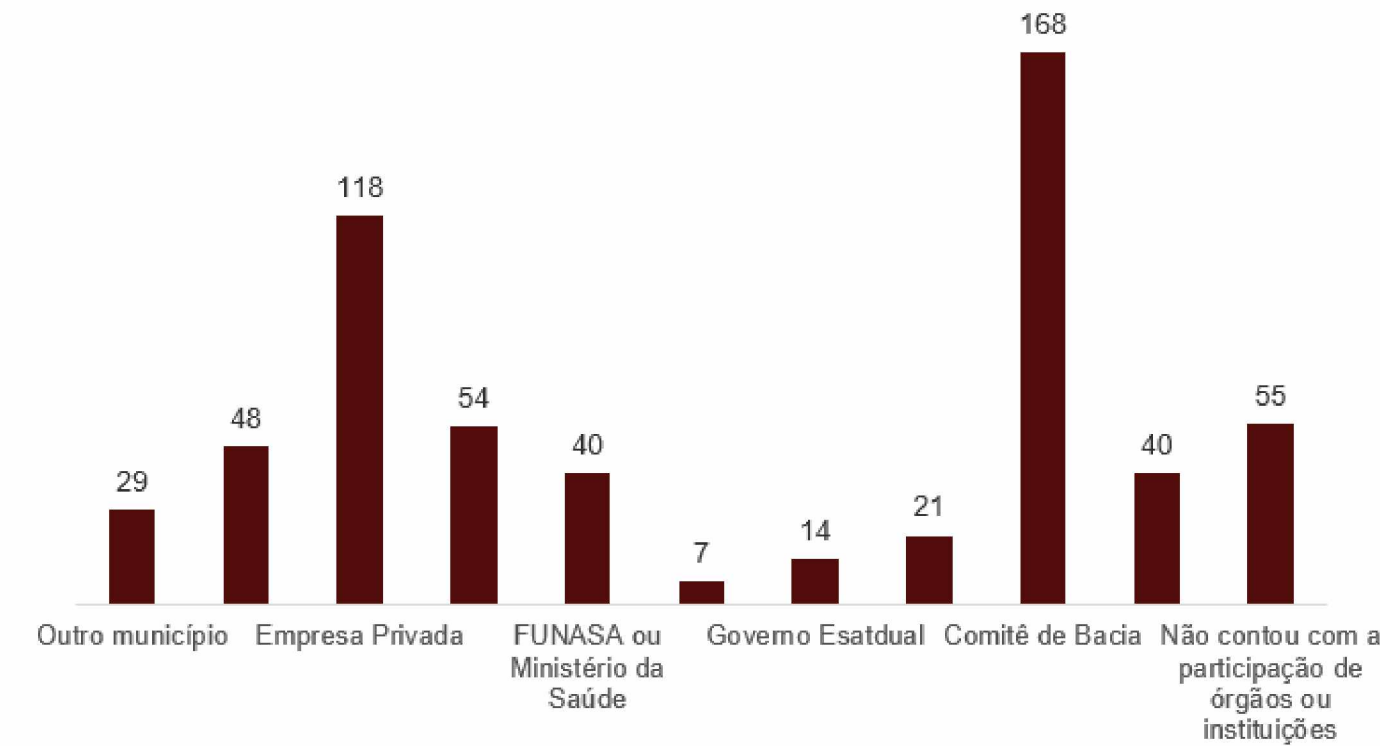


Fonte: MUNIC; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

Observa-se que existe um número maior de municípios que possui Plano Municipal de Saneamento Básico do que os que têm Política Municipal de Saneamento Básico. Esse fato se deve, muito provavelmente, à necessidade de existência do PMSB para que o município possa acessar recursos do governo federal.

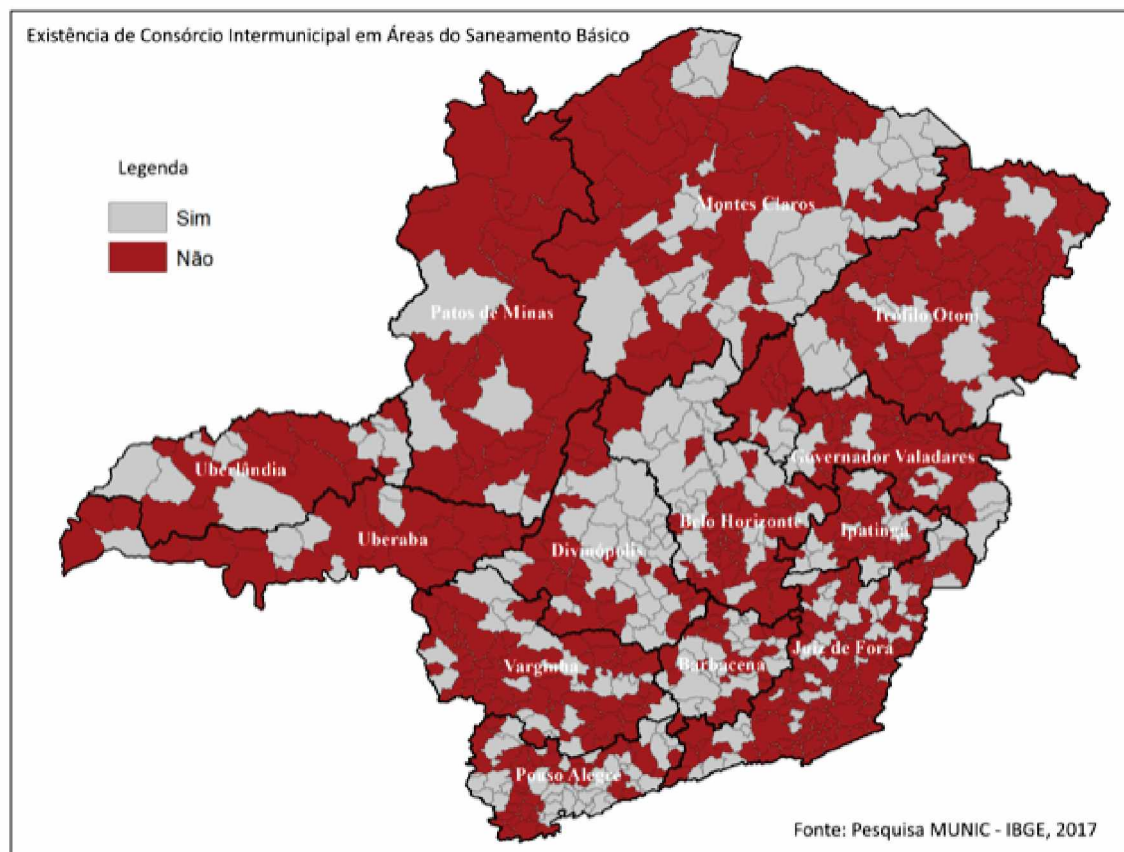
De fato, a elaboração do PMSB exige equipe multidisciplinar qualificada, a qual desenvolverá o diagnóstico, o prognóstico, os planos e ações para atender às necessidades da população de cada município. Em virtude de tal necessidade, o poder público municipal tem buscado parcerias com diversos atores visando a elaboração de um PMSB que seja adequado aos anseios e à realidade de cada município. Pelo Gráfico 2, observa-se que são muitas as instituições parceiras que participaram na elaboração dos PMSB em Minas Gerais. Com destaque para os comitês de bacias (168 planos), as empresas privadas (118 planos), as companhias estaduais de saneamento (54 planos) e as universidades (48 planos).

Gráfico 2. Minas Gerais: Parcerias Firmadas para a Elaboração do Plano Municipal de Sanemaento Básico - 2017



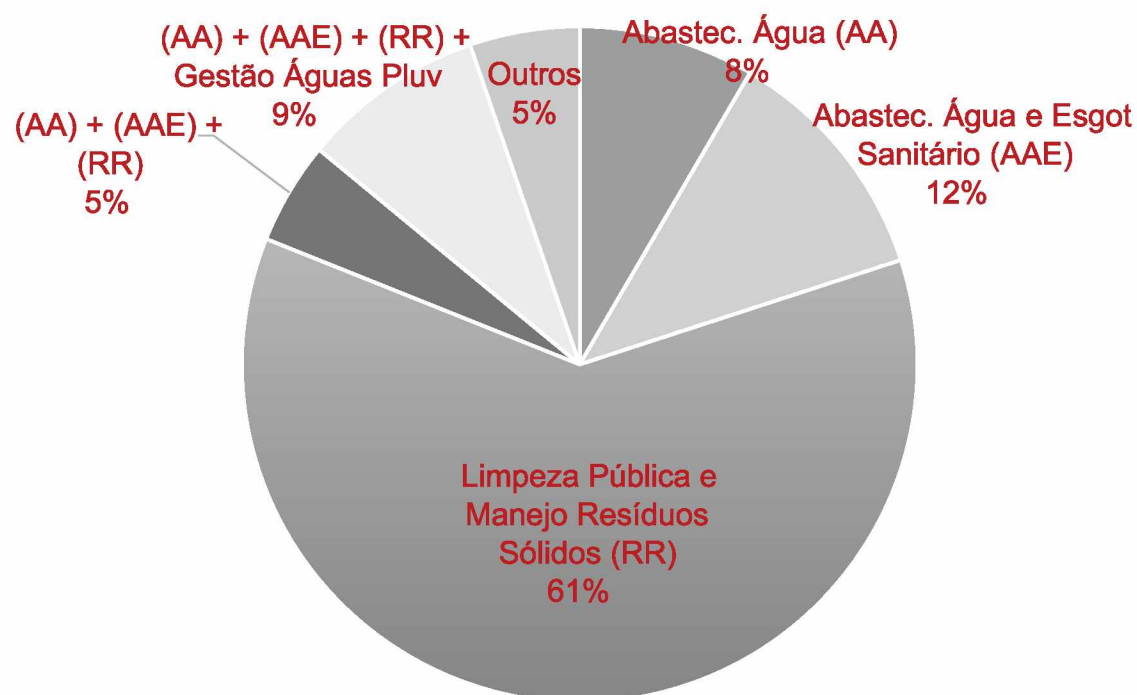
A organização dos municípios em consórcios públicos para o planejamento e prestação dos serviços de saneamento básico constitui-se em incentivo para se ter acesso a recursos financeiros para o setor. Tal estímulo alinha-se ao entendimento de que para a elaboração e implementação de políticas que exijam vultosos recursos e capacidade técnica, tais como as de saneamento básico, a escala municipal é insuficiente, tornando-se necessário a cooperação entre os entes.

Fonte: MUNIC; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.



Em Minas Gerais, no ano de 2017, cerca de 33% dos municípios (285) participavam de consórcio público na área de saneamento básico, concentrados nas RGINT de Divinópolis (54,1%), Barbacena (49,0%) e Pouso Alegre (48,8%). Por outro lado, os menores percentuais situavam-se nas regiões de Patos de Minas (17,6%) e Governador Valadares (19,0%).

Gráfico 3. Minas Gerais: Percentual de tipos de consórcios intermunicipais existentes em áreas do Saneamento Básico – 2017



A maioria dos consórcios públicos abrangia os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos (61,1%), seguidos pelos de abastecimento de água e esgotamento sanitário (12%) e abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e gestão de águas pluviais juntos (9%) (Gráfico 3).

Expediente

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente
Helger Marra Lopes
Vice-presidente
Mônica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Eleonora Cruz Santos

Núcleo de Estudos Populacionais

Denise Helena Franca Marques Maia

Equipe Técnica

Claudio Jorge Cançado
Plínio de Campos Souza

Arte Gráfica e Diagramação

Bárbara Andrade Corrêa da Silva

Informações para imprensa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Telefone: (31) 3448-9580 | 3448-9588
E-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br
Alameda das Acácias, 70, bairro São Luiz, Pampulha.
CEP: 31275-150, Belo Horizonte, Minas Gerais

